

REQUERIMENTO Nº 2065/2022

Requeiro a Vossa Excelência, Senhor Presidente da Câmara, cumpridas as formalidades legais e ouvido o Plenário desta Casa Legislativa, que seja **transcrito nos Anais desta Casa o artigo intitulado “Libertando-se das Amarras: Reflexões sobre Gênero, Raça e Poder”, de autoria de Nilma Lino Gomes, publicado na Revista “Currículo sem Fronteiras”, v. 19, n. 2, p. 609-627, maio/ago. 2019.**

JUSTIFICATIVA

O Dia 08 de Março sintetiza a histórica luta de mulheres que sangraram e morreram por melhores condições de trabalho, direito ao voto, e que batalharam contra o patriarcado e o sistema capitalista.

Apenas em 1975, a ONU oficializou o Dia Internacional das Mulheres, como forma de lembrar a luta pelas conquistas políticas e sociais, além de reivindicar a igualdade entre os gêneros.

O mês de março nos lembra ainda que um grave problema ainda não foi solucionado: a desigualdade de gênero. Desigualdade que acarreta nas variadas formas de violências, que



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

contribui com as piores condições de trabalho e que se relaciona com a falta de representação das mulheres nos espaços.

Este requerimento solicita que **o artigo intitulado “Libertando-se das Amarras: Reflexões sobre Gênero, Raça e Poder”, de autoria de Nilma Lino Gomes, publicado na Revista “Currículo sem Fronteiras”, v. 19, n. 2, p. 609-627, maio/ago. 2019, seja transcrito nos Anais desta Casa Legislativa.**

Graduada em Pedagogia, mestra em Educação pela UFMG e doutora em Antropologia Social pela USP, Nilma Lino Gomes. É professora da Faculdade de Educação da UFMG e integrante da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN –, entre 2002 e 2013 coordenou o Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Ações Afirmativas na UFMG.

Cumpriu estágio pós-doutoral na Universidade de Coimbra, supervisionado por Boaventura de Souza Santos e coordenou o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Étnico-Raciais e Ações Afirmativas (NERA) e o GT 21 – Educação e Relações Étnico-Raciais – da ANPED, durante a Gestão 2012-2013. Além de ter sido membra do Conselho Nacional de Educação no período 2010-2014, designada para a Câmara de Educação Básica.

Sua atuação nas áreas de Educação e Antropologia Urbana propiciou a realização de pesquisas de relevo em tópicos como organização escolar, formação de professores para a diversidade étnico-racial, movimentos sociais e educação, relações raciais, diversidade cultural e gênero.

Nilma Lino foi a primeira mulher negra a ocupar o cargo mais importante de uma universidade federal no Brasil. No período de 2013 a 2014, foi reitora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB. Em janeiro de 2015, deixou essa função para ser Ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPP/PR – que, em decorrência da reforma



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

administrativa de setembro daquele ano, foi incorporada ao recém-criado Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, do qual a autora esteve à frente até 2016.

Possui publicações que incluem desde livros e artigos derivados de pesquisas de campo até narrativas de ficção voltadas para crianças e jovens, com destaque para o universo cultural afro-brasileiro em sua diversidade.

Com sua trajetória reconhecida nacionalmente, Nilma Nilo recebeu várias homenagens, como o Troféu Yalodê, do Projeto Raízes de Áfricas – III Festival das Palavras Pretas (2011); o Prêmio Zumbi de Cultura, da Fundação Clóvis Salgado/Companhia Baobá de Dança (2010); e o Projeto Memórias da Infância no Aglomerado Santa Lúcia-BH/MG, da PROEX-UFMG (2006).

Eis, em anexo, o artigo supracitado:

LIBERTANDO-SE DAS AMARRAS: reflexões sobre gênero, raça e poder

Desde o início do meu envolvimento com o movimento de mulheres fiquei incomodada pela insistência das mulheres brancas liberacionistas de que a raça e o sexo eram duas questões separadas. A minha experiência de vida mostrou-me que as duas questões são inseparáveis, que no momento do meu nascimento, dois fatores determinaram o meu destino, ter nascido negra e ter nascido mulher (bell hooks, 2014, p. 12).



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

O presente artigo apresenta reflexões sobre as relações de gênero e raça como estruturais e estruturantes da vida social e cultural a partir da minha experiência como mulher negra e pesquisadora, que ocupou cargos acadêmicos e políticos de poder e decisão, no Brasil. A vivência e a experiência em contextos explicitamente demarcados pelas relações de poder e pelas hierarquias, os quais se apresentam majoritariamente masculinos e brancos, possibilitou-me a construção de maior maturidade e compreensão da trama raça, classe e gênero. Também trouxe sofrimentos e reflexões sobre como tais espaços, mesmo quando ocupados em momentos mais democráticos da política nacional, guardam, em sua estrutura, dimensões desumanizadoras, as quais afetam de forma mais contundente a vida de sujeitos pertencentes a coletivos considerados diferentes e tratados como desiguais. Dentre estes, encontram-se as mulheres negras e não negras, a comunidade LGBT, os indígenas, os quilombolas, os povos do campo, as pessoas com deficiência, dentre outros¹.

As reflexões aqui realizadas buscam alternativas. Por isso, ao final aponto, como um possível caminho para a construção de uma sociedade mais justa e equânime, bem como de relações de gênero e raça mais emancipatórias – principalmente no ativismo político progressista e nos movimentos sociais –, o desafio da articulação entre sororidade e ubuntu. Trata-se de uma postura política e epistemológica que poderá contribuir para que as mulheres negras e não negras, feministas e antirracistas, construam novos aprendizados, estratégias e práticas ao ocuparem lugares de poder, decisão e conhecimento que as libertem das amarras da opressão racista e patriarcal.

Por mais que, hoje, no Brasil, não tenhamos mais escolas separadas para meninas e meninos, ainda temos diferenciação na forma como a educação de ambos é conduzida. Essa educação diferenciada pode afetar o modo como cada um vê a si mesmo, ao outro e as diferenças, bem como interpreta o universo feminino e masculino. Chega até mesmo a repercutir, quando adultos, nas escolhas profissionais de mulheres e homens.



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

Os ensinamentos aprendidos na escola sobre as questões de gênero, quando não discutidos de maneira crítica e atualizada, podem interferir negativamente na nossa construção sociocultural e identitária. Por isso, não se pode dizer que a instituição escolar não tenha responsabilidade na nossa educação no que diz respeito a gênero. Quer concordemos, quer não, nascemos em sociedades com hierarquias de gênero aprendidas social e culturalmente. E a escola, instituição formadora, não nos socializa apenas no que se refere às questões do conhecimento científico, das artes, da literatura. Ela nos socializa também nas formas de nos relacionarmos com o mundo, transmite valores, reforça ou subverte comportamentos, enfim, participa da nossa esfera dos desejos e da nossa subjetividade.

Por tudo isso, podemos dizer que as relações de gênero estão presentes na escola, na família, nas demais instituições, na mídia, na política, bem como na vida social e cultural. E é, portanto, nessa vida que podem ser questionadas, subvertidas e emancipadas.

Vivemos em uma sociedade com um histórico patriarcal e machista que nos acompanha desde os tempos coloniais. Nesse contexto, homens e mulheres são educados ou deseducados para lidar com as diferenças entre si, com as escolhas, os desejos e as identidades. E é nesse contexto que as mulheres lutam para desaprender e superar alguns ensinamentos preconceituosos, discriminatórios e estereotipados que são parte constituinte da nossa educação para o gênero. Estes se tornam ainda mais complexos quando consideramos a sua relação com a classe social, a raça e a diversidade sexual.

Vejamos alguns desses ensinamentos:



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

- Aprendemos muito cedo que os homens *podem tudo*. Desde dirigir o carro do pai aos 12 anos (mesmo sendo uma prática não aprovada por lei), ser introduzidos na vida sexual muito cedo e até ter o poder de mando e de comando sobre as mulheres da família.
- Ao contrário, as mulheres, são ensinadas a ser ordeiras, a respeitar às leis, a aprender a cozinhar bem, a esperar por um grande amor do sexo oposto e, de preferência, se casar com ele, ou trabalhar incessantemente para ocupar um lugar no mercado de trabalho, de preferência, abrindo mão do casamento e dos filhos. Em pleno século XXI, nas sociedades ocidentais, há ainda um imaginário que coloca em dúvida a seriedade das mulheres que optam por ter uma vida autônoma. Ou seja, aprende-se desde cedo que as mulheres *nem tudo podem*, somente algumas coisas, as quais são vistas como concessões permitidas pelo universo masculino, misógino e patriarcal.

Embora sejamos levadas a pensar que esses exemplos são muito antigos e estereotipados, lamentavelmente, os estereótipos e a opressão de gênero não acabaram. Eles se reeditaram e mudaram de roupagem; por vezes, são exercidos menos abertamente diante das pressões e das mudanças advindas da luta por direitos e por emancipação construída pelas mulheres. Em outros momentos, impõem-se de forma violenta e hostil.

Na universidade, na vida acadêmica, na política, nas mídias, nos locais de trabalho, na família, na vizinhança, no círculo de amizade, ficamos assustadas ao encontrar aprendizados conservadores de gênero ainda muito arraigados nas pessoas. Nos últimos anos, essa situação ficou tão séria, em nível nacional e internacional, que se tornou parte do projeto de governo defendido pelo Executivo, pelos grupos políticos de direita, extrema direita e fundamentalistas do Congresso Nacional.

As políticas públicas de raça e gênero realizadas no Brasil, em nível federal, sobretudo no período de 2003 ao início de 2016, aumentaram o reconhecimento e a sensibilidade



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

de muitos brasileiros e brasileiras em relação à forma como essas duas dimensões operam. O País contou com legislações aprovadas pelo Congresso Nacional, tais como: a Lei 11.340/06, Lei Maria da Penha; a Lei 12.288/10, Estatuto da Igualdade Racial; a Lei 13.104/15, Lei do Feminicídio, bem como instrumentos como o Disque 180 (violência contra a mulher) e Disque 100 (violação dos Direitos Humanos). Estes se mostraram como caminhos importantes na garantia de direitos e espaços de conscientização da população. Importante destacar que tais legislações são resultados das reivindicações e denúncias realizadas pelos movimentos sociais, em especial o de mulheres, de mulheres negras, do movimento negro e dos Direitos Humanos².

Avançamos no tratamento das questões de gênero e raça na educação básica e superior; na discussão política; na luta por representatividade, pelos direitos reprodutivos e pela saúde da mulher; na ocupação de lugares no mercado de trabalho; no reconhecimento da articulação perversa entre classe, raça e gênero.

As mulheres denunciaram nas ruas, nos lares, para o mundo jurídico, legislativo e nas ações do Executivo a persistente desigualdade de gênero e raça e as formas hierarquizadas como as mulheres negras, brancas, indígenas, trans, do campo, com deficiência, adolescentes e jovens são tratadas pela sociedade e no contexto das relações de poder. Conseguimos elevar as relações de gênero ao *status* de questão social. Em decorrência, tivemos a oportunidade de realizar políticas públicas voltadas para a superação das desigualdades de gênero e raça. Mas ainda permanece com força, na cultura, na política, na educação e no mundo doméstico, imaginários e práticas machistas e racistas que tentam, a todo momento, reforçar que *a mulher negra possui uma sexualidade exacerbada, lugar de mulher é na cozinha e, de preferência, no estilo bela, recatada e do lar.*

Se essa visão estivesse apenas circunscrita aos adeptos ao fundamentalismo religioso e político, o problema já seria muito sério. Mas o que mais assombra é reconhecer que



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

- Os homens negros podem e têm algum poder porque são homens e negros.
- As mulheres brancas podem algumas coisas e têm certo poder porque são mulheres e brancas.
- As mulheres negras não podem e têm menos poder porque são mulheres e negras.
- As mulheres trans não podem e não têm poder algum porque são mulheres e trans.

Essa hierarquia se materializa em vários setores da vida social. Um deles é o mercado de trabalho. É possível exemplificar essa situação ao considerarmos os dados obtidos pela pesquisa *Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas* (INSTITUTO ETHOS, 2016, p. 15).

As mulheres, com maioria de 51,4% da população brasileira, estão sub-representadas nesse grupo e, além da desigualdade em relação aos homens, enfrentam um afinilamento hierárquico que as exclui, em maior proporção, dos postos mais elevados da escala hierárquica, como já se observara nas pesquisas anteriores. Têm, de modo geral, situação melhor que a das mulheres do grupo de empresas participantes do estudo de 2010 – o que confirmaria tendência de expansão já considerada estrutural. Esbarram, porém, mais uma vez, na estreita passagem para o reduto ainda quase inexpugnável do quadro executivo, ficando com uma participação coincidentemente igual à de 2010: 13,7% então e 13,6% agora.

Os negros, que são 52,9% da população do país, estão, como as mulheres, em situação de desigualdade, sub-representação e afinilamento hierárquico. A exclusão é, entretanto, mais acentuada. Maioria nos



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

contingentes de aprendizes e trainees, com proporção de 57,5% e 58,2%, os negros têm sua participação resumida a 6,3% na gerência e 4,7% no quadro executivo.

Ressalte-se a percepção dos principais gestores sobre a presença de negros nas organizações: 55% consideram haver menos do que deveria na gerência e 64% acham o mesmo quanto ao quadro executivo – o que sugere estarem atentos à questão. Registre-se também a proporção de 53,1% dos principais gestores que pensam haver menos mulheres do que deveria no quadro executivo³.

É a naturalização das hierarquias de poder construída cultural, social, econômica e historicamente nos mais diversos lugares do mundo. Não somente no dito mundo ocidental. As hierarquias podem variar com o contexto geográfico, o tempo, a cultura e a História, mas há uma base dura sobre a qual se constrói a naturalização dos lugares de poder na perspectiva de gênero e raça, que comprova a persistência de desigualdades históricas, as quais não são apenas de ordem socioeconômica.

Mas como aprendemos a desnaturalizar a desigualdade de gênero, no que se refere às relações entre homens e mulheres? Como aprendemos a indagar a pouca presença das mulheres nos lugares institucionais e de poder?

Aprendemos com o feminismo e as demais lutas emancipatórias. Como nos diz a escritora feminista Averbuck (2013, p. 1): “Feminismo não é o contrário de machismo. Machismo é um sistema de dominação. Feminismo é uma luta por direitos iguais”.

Ela ainda acrescenta: “O feminismo não luta contra os homens, e sim contra o supracitado sistema de dominação, que, veja só, privilegia os homens e foi criado por...”



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

homens. Fica clara a diferença entre lutar contra um sistema e lutar contra todo um gênero?” (AVERBUCK, 2013, p. 1).

O feminismo tem importância exemplar no desvelamento da naturalização perversa das desigualdades e hierarquias de gênero. E o feminismo negro e o antirracismo adensam ainda mais a crítica e a denúncia da opressão racial articulada ao gênero. E o movimento LGBT, além de adensar, questiona e indaga os limites da luta feminista e antirracista quando estas invisibilizam a articulação entre gênero, raça e diversidade sexual.

Pode parecer que complicamos a realidade quando analisamos a opressão em camadas. Todavia, não há complicação. O que há é a nossa capacidade, neste último século, de desnaturalizar o machismo, o racismo e a LGBTfobia, compreender a sua complexidade e denunciá-los como construções e opressões socioculturais, políticas e interseccionais produzidas nas relações de poder. E, com isso, dar o devido lugar de protagonismo aos sujeitos sociais e o seu direito a ser diferente.

As relações de poder são difíceis de superar, uma vez que remontam aos tempos da colonização, metamorfoseiam-se e são reeditadas no contexto do capitalismo e das injustiças globais. Imprescindível compreender o que entendemos por colonização e o alto grau de violência por ela imposto, que permanece de forma estrutural e simbólica até os dias de hoje e recaem, principalmente, sobre alguns sujeitos: as mulheres, os negros e os indígenas são alguns deles:

Segundo Meneses (2018, p. 116):

A colonização são milhões de seres humanos ‘a quem inculcaram sabiamente o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a genuflexão, o desespero, o servilismo’ como denunciou Aimé Césaire (1955, p 12). Esta violência, com múltiplos matizes, procurou reduzir o outro colonizado a



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

um ser inferior que habita uma zona de não-ser (FANON, 1952, p. 26), um ser com potencial para ser humano, se convertido e domesticado, pela educação e pelo trabalho, virtudes civilizadoras eurocêntricas. [...] a colonização, enquanto sistema de negação da dignidade humana, simboliza um imenso espaço-tempo de sofrimento, opressão, resistência e luta, aquilo que hoje é designado de Sul global.

As relações de poder exigem daquelas e daqueles que se colocam no centro das lutas emancipatórias um grau ainda mais apurado de análise e desconstrução de práticas conservadoras e autoritárias. De mudança de imaginário. Trata-se de uma complexidade cada vez mais intensa, que nos exige mais perspicácia, novas estratégias e coragem para compreendê-las e superá-las.

Quanto mais os movimentos de extrema-direita, fascistas e conservadores crescem na sociedade atual e passam a ocupar lugares de poder institucional e de representação, mais a luta pelo direito à diferença se intensifica e os sujeitos e os coletivos diversos vivenciam “na pele” as tensões e violências históricas de classe, raça, gênero e diversidade sexual. E mais a negação da diferença é ressaltada nas disputas pelo poder.

A ideia de inferioridade de gênero e raça, porém, tem raízes muito mais profundas, bem como uma histórica orientação heteronormativa, principalmente a partir do advento do cristianismo no mundo. A visão estigmatizada e estereotipada dessas relações é estrutural e estruturante, trazida pelos colonizadores europeus para as terras americanas. Esses colonizadores, em sua maioria homens e brancos, já chegaram às terras do Novo Mundo *experts* em processos de dominação, estigmatização e invisibilização das mulheres, como *a caça às bruxas* na Idade Média⁴ e o apagamento do protagonismo das



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

mulheres ao longo da História, bem como nas formas de servidão e escravidão oriundas dos tempos feudais e da escravização das africanas e dos africanos.

A sedimentação de uma estrutura patriarcal, machista e racista, atravessou séculos e, mesmo com toda a nossa luta pela emancipação da mulher e contra o racismo, esta realidade ainda se faz presente no século XXI. O contínuo enraizamento dessa estrutura, contra o qual o feminismo, o feminismo negro e o antirracismo se contrapõem, no presente, não se dá por falta de luta e de desvelamento das suas perversas intenções e ações no passado. É bom compreender que as lutas políticas de hoje e os avanços que já temos, mesmo que ainda sejam tímidos frente aos graves problemas que enfrentamos, são frutos de ações, movimentos e enfrentamentos de pessoas conhecidas e anônimas. Mas todas tinham como objetivo tornar o mundo mais digno para todas e todos, e não somente para aquelas e aqueles que protagonizam as lutas pelo direito a ser diferente.

Mulheres e lugares de poder e conhecimento

Não basta o reconhecimento simbólico da força da mulher, da importância das sociedades matriarcais, da resistência e sabedoria das mulheres de diferentes raças, etnias, nacionalidades e localidades. Não basta entregar flores no Dia Internacional da Mulher. Mais do que flores, o que as mulheres merecem é reconhecimento, respeito, igualdade de direitos e de oportunidades.

Trata-se de uma igualdade de direitos que não nega a diversidade de modos de ser mulher no mundo. E que reconhece o direito às jornadas justas e dignas de trabalho, de escolher ter ou não ter filhos, bem como o momento em que esses filhos virão ou não (AVERBUCK, 2013, p. 1). Que reconhece a possibilidade de uma perspectiva feminina de mundo, mas não como algo genético, inato e biológico por sermos mulheres. Mas como fruto das diferentes construções, vivências e aprendizados sócio-históricos – uma vez que homens e mulheres não participam do mesmo tipo de socialização e nem sempre



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

possuem as mesmas redes de sociabilidade. A igualdade de direitos para as mulheres significa o direito de ocupar lugares sociais e institucionais. Representa ocupar e estar nos lugares de poder. Significa a mulher estar onde ela quiser e não onde lhe determinam que esteja⁵.

O mundo patriarcal, machista e racista tenta a todo custo destituir as mulheres do direito de ocupar lugares institucionais, de poder e de conhecimento. Houve muita luta para que, atualmente, esse tema pudesse ser discutido no campo dos direitos.

As mulheres que ocupam ou já ocuparam determinados postos de chefia, gestão e conhecimento sabem o quanto as suas decisões são, muitas vezes, questionadas, desqualificadas e o quanto são indagadas quando apresentam uma solução não machista para as diversas situações de trabalho, de produção científica ou de disputa. E o quanto são desrespeitadas quando não têm receio de trazer a dimensão do afeto como uma perspectiva emancipatória das relações de trabalho e acadêmicas, ao invés da falta de ética disfarçada no tão falado modo agressivo de ser, disputar e demarcar espaço do universo masculino e machista.

Da mesma maneira, aquelas que exercem cargos de poder nas esferas universitárias e do conhecimento vivem isso de modo peculiar. Elas estão no cerne de um espaço institucional que se vale a todo o tempo da máxima *conhecimento é poder*. As mulheres denunciam que nem sempre *poder é conhecimento*.

Muitas vezes, quer seja na universidade ou na gestão pública, as mulheres se apresentam como profissionais com muito mais conhecimento do que os homens (atestado, inclusive, pelo currículo), mas não desempenham funções estratégicas nos postos de poder. Enquanto isso, os homens que geralmente ocupam esses lugares não precisam *provar* que possuem conhecimento e condições para tal.

A naturalização do sistema patriarcal é de tal ordem que, nos espaços institucionais, com destaque para alguns setores acadêmicos, empresariais e políticos, o simples fato de



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

ser homem já é visto como sinônimo de *ter poder e conhecimento*. Logo, esses setores são considerados como lugares que devem naturalmente ser ocupados pelos homens e, de preferência, pelos homens brancos e com orientação heteronormativa. E as mulheres? A estas o patriarcado e o machismo insistem em relegar o espaço privado, o mundo doméstico, as ações de cuidado das crianças e dos idosos, da educação das novas gerações.

Mulher, raça, violência, poder e conhecimento

A relação mulher e poder, no Brasil, não pode ser discutida sem o recorte da raça. Ao tematizarmos como o caráter estrutural da raça altera a nossa análise sobre a realidade social, inevitavelmente teremos de lidar com mais um fenômeno perverso: a violência.

O movimento de mulheres negras e o movimento feminista são os principais atores políticos nessa denúncia. O mundo machista, racista, atravessado pelo preconceito e pela misoginia, não somente interpõe limites para a ascensão das mulheres nos cargos de poder e direção. Por meio da violência, ele cerca o universo feminino e a vida das mulheres. E essa violência se torna mais perversa quando consideramos as mulheres negras e pobres.

Ou seja, para ocupar espaços de poder, há também duas outras barreiras a transpor pelas mulheres: a classe e a raça. E, dependendo da forma como essas duas operam na trajetória das mulheres, a ocupação de lugares de poder, de direção e de decisão no público e no privado poderá ser mais ou menos acidentada, mais ou menos violenta.

Os dados apresentados a seguir sobre a violência contra as mulheres, com o recorte de raça, levam-nos à seguinte reflexão: se as mulheres negras são as mais pobres, as vítimas preferenciais do feminicídio e ainda enfrentam o racismo estrutural, quais serão



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

as suas possibilidades reais de ocupar lugares socialmente reconhecidos como de poder, decisão e de conhecimento?

Lembrando que, *ocupar lugar de poder*, não é a mesma coisa do que *ocupar lugar de liderança*. As mulheres sempre ocuparam lugares de liderança ao longo da História. Mesmo que invisibilizada, a sua ação de liderança lá estava. Mas isso não significa que se encontravam em postos que lhes possibilitavam tomar decisões que envolvessem o seu futuro e de todas as pessoas envolvidas, dentre as quais, os homens.

Os lugares de liderança a cargo das mulheres negras e brancas possuem um importante valor histórico e político, ainda pouco divulgado e estudado. E há diferença quando falamos nas lideranças femininas negras e brancas, no Brasil. A história das mulheres no Brasil, que nos é contada, é, ainda, uma história das mulheres brancas. Por que as mulheres negras, que lutaram contra a escravidão, ainda são pouco lembradas? Por que algumas mulheres negras dos séculos XX e XXI são destacadas como exceções à regra? E qual perfil de mulher negra é destacado? São perguntas que abrem um leque de reflexões sobre as hierarquias de gênero e raça dentro do próprio recontar a História do ponto de vista emancipatório.

Devemos ao movimento de mulheres negras e ao feminismo negro a emergência de histórias de vida de lideranças femininas negras brasileiras, tais como: Dandara, Luíza Mahin, Tereza de Benguela, Zeferina, Maria Felipa, Auta de Sousa, Maria Firmina dos Reis, Antonieta de Barros, Virgínia Bicudo, Lélia González, Beatriz Nascimento, Carolina de Jesus, Matilde Ribeiro, Luiza Bairros, Mãe Stella de Oxossi, Makota Valdina, Mãe Beata de Iemanjá, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Zélia Amador de Deus, dentre outras. Quem são e onde viveram? E aquelas que ainda vivem? Quais são as suas lutas? Quando estudamos gênero e currículo nas universidades elas aparecem como protagonistas que reeducaram o campo educacional a compreender as imbricações e inter-relações entre raça, gênero e poder?



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

A biografia dessas mulheres ainda não entra para a História como pessoas que estiveram presentes em lugares sociais de destaque. Ainda paira sobre elas o julgamento de que foram companheiras corajosas, mães aguerridas, mulheres consideradas prodígios na sua época ou inconformadas com o seu tempo. Isto é, há o reconhecimento de que foram lideranças, mas não se reconhece que algumas delas ocupavam lugares centrais de poder e de decisão, seja lugares de maior visibilidade política, intelectual, religiosa ou artística, seja como articuladoras das decisões que depois foram executadas pelos homens que entraram para a História como líderes, heróis, intelectuais, artistas. O que nos leva a refletir que os lugares de poder são generificados e racializados. Essas são, por sua vez, faces ocultas da violência.

Essa violência pode ser física, simbólica e de negação do direito a ocupar determinados espaços tradicionalmente *reservados aos homens*. O campo da ciência e tecnologia é um deles.

A inclusão da classificação étnico-racial no formulário do Currículo Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) foi uma conquista do Movimento Negro. Há muito tempo, intelectuais negros e negras, vinculados à Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Negras (ABPN), reivindicavam a importância da presença do quesito raça/cor nos formulários de identificação de pesquisadoras e pesquisadores para a realização de pesquisas comparativas sobre a presença de negras e negros na ciência e a promoção de políticas de igualdade racial no campo científico. Embora com resistências de alguns, as pesquisas desenvolvidas depois dessa inclusão são esclarecedoras no sentido de evidenciar as lacunas e a baixa representatividade de negros e negras na ciência, principalmente, das mulheres. Espera-se que essa constatação instigue o CNPQ e outros órgãos da ciência a realizarem ações afirmativas e iniciativas que garantam igualdade e equidade no campo científico⁶.



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

A inclusão da classificação étnico-racial no Currículo Lattes possibilitou o conhecimento de informações e dados sobre demanda e concessão de bolsas e auxílios demandados e aprovados para negro/as e indígenas. Sem estes dados por etnia e cor é impossível avaliar a participação negra e indígena bem como aprimorar programas existentes com este recorte ou implementar novas iniciativas para a promoção étnico-racial em Ciência e Tecnologia [...] (LIMA; BRAGA; TAVARES, 2015, p. 27).

A possibilidade de analisar a raça/cor das pesquisadoras e pesquisadores vinculados ao CNPQ possibilita a compreensão da desigualdade na participação entre mulheres negras e brancas na Ciência e Tecnologia.

Também é importante destacar que a participação feminina não é a mesma segundo raça e cor, sendo que a participação de mulheres brancas (59%) é muito maior do que a de mulheres negras (26,8%) no total de bolsas no país no ano de 2015 (TAVARES, SANTANA e LIMA, 2015). Assim, quando tratamos de inclusão feminina na C&T, devemos entender que há problemas comuns às mulheres (imagem do cientista enquanto homem), mas obstáculos específicos às mulheres negras (imagem do cientista enquanto homem e branco). [...] (LIMA; BRAGA; TAVARES, 2015, p. 28).

Assis (2018, p. 01), ao acessar os dados do CNPQ, atesta as desigualdades que incidem sobre as mulheres negras intelectuais que conseguem chegar à categoria de



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

bolsista de produtividade e receber a bolsa destinada para suporte e aprimoramento das suas investigações.

Segundo a autora:

Se as mulheres na ciência têm de passar por um *labirinto de cristal* – uma série de obstáculos presentes ao longo da trajetória das cientistas e que dificulta e atrasa o percurso delas nesse campo –, as mulheres negras têm de enfrentar um *labirinto ainda mais estreito e tortuoso*. Um dos dados que atestam a exclusão das pessoas negras da ciência e da pesquisa brasileiras é o fato de que, nos últimos cinco anos, a proporção de bolsistas do CNPq que se identificam como pretos e pardos não chega a 30% – isso em um país com 54% da população negra.

E no que se refere às bolsas de produtividade em pesquisa, Lima, Braga e Tavares (2015) aprofundam ainda mais a análise e concluem que o pouco avanço da população negra em estágios mais avançados da carreira científica se deve aos múltiplos obstáculos interpostos pelo racismo.

Há tempos uma afirmação como essa seria realizada apenas por ativistas do movimento de mulheres negras e do movimento negro. Vê-la, no contexto atual, ser uma constatação de outras pesquisadoras revela o quanto esses movimentos sociais têm reeducado a própria ciência a reconhecer a presença do racismo e seus efeitos nefastos na trajetória acadêmica das pessoas negras. Avançamos com a implementação das ações afirmativas para a população negra, o que resultou na maior presença desses sujeitos nos cursos de graduação e, por conseguinte, no acesso a bolsas de Iniciação Científica (IC). Mas ainda enfrentamos sérios limites nos graus mais elevados da carreira científica.

Gabinete da Vereadora Liana Cirne

Câmara Municipal do Recife | Rua Princesa Isabel, 410 | Gabinete 27 | Boa Vista - Recife
81 99960.1300 | lianacirne@recife.pe.leg.br | www.linkedin.com/company/lianacirne | www.lianacirne.com.br



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

Ressaltamos alguns pontos importantes que caracterizam a participação negra, em especial de mulheres, na C&T. Um deles é que semelhante às questões de gênero, existe uma exclusão vertical em relação ao pertencimento racial, ou seja: quanto mais se avança na carreira científica menor o número de negros e negras. Assim, nas bolsas de Iniciação Científica (IC) temos uma participação de cerca de 30% de negros/as, já nas bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) este percentual não atinge 10%. Em parte, entendemos que o percentual mais elevado nas bolsas de IC pode ser atribuído ao ingresso da população negra por meio de ações afirmativas no ensino superior realizado majoritariamente nesta última década. No entanto, esta inclusão em estágios iniciais da carreira pode não avançar para uma maior participação negra em estágios mais avançados da carreira científica tendo em vista os variados e múltiplos obstáculos construídos a partir do racismo (LIMA; BRAGA; TAVARES, 2015, p. 27-28).

Se, na ciência, as mulheres negras são muito poucas, lamentavelmente, no que se refere à situação de vítimas da violência, no Brasil, elas ocupam lugares de destaque, o que comprova a imbricação perversa entre raça e gênero no contexto das desigualdades e das injustiças.

De acordo com Pinto, Moraes e Monteiro (2015), o Dossiê Mulher 2015, do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, aponta que 56,8% das vítimas de estupros registrados nesse estado em 2014 eram negras. E 62,2% dos homicídios de mulheres vitimaram as pretas (19,3%) e as pardas (42,9%).



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

Waiselfisz (2015) destaca, no *Mapa da Violência: Homicídio de Mulheres no Brasil* (2015), que os dados mais precisos com base na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) nos mostram a seguinte situação:

- Com poucas exceções geográficas, a população negra é vítima prioritária da violência homicida no Brasil.
- As taxas de homicídio da população branca tendem historicamente a cair, enquanto aumenta a mortalidade dos negros.
- Nos últimos anos, o índice de vitimização da população negra cresceu drasticamente.
- O número de homicídios de brancas caiu de 1.747 vítimas, em 2003, para 1.576, em 2013. Uma queda de 9,8% no total de homicídios no período. Já os homicídios das mulheres negras aumentaram 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.815 vítimas. Espera-se que a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/15) mude tal situação.

Mais um elemento nesse complexo quadro precisa ser considerado. As desigualdades de gênero e raça estão intrinsecamente ligadas à negação ou à falta de autonomia das mulheres. E não somente autonomia como sujeito social e cidadã, mas autonomia econômica⁷. A liberação das amarras econômicas ligadas aos homens, quer sejam pais, companheiros, quer sejam empregadores, políticos, garante não só mais confiança, como também o direito de condução da própria vida.

Refletindo sobre os processos e as políticas de autonomia econômica das mulheres, ao considerarmos o dado raça/cor, podemos observar os difíceis desafios ainda a enfrentar. Os dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM), de 2014 (BRASIL, 2015b, p. 13-15) (edição que, pela primeira vez, incluiu a informação sobre as(os) beneficiárias(os) do Programa Bolsa-Família), merecem destaque⁸. A maioria dos



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

domicílios chefiados por mulheres mostra que a maior parte das(os) beneficiárias(os) se autodeclaram de cor negra (74,2%), seguida por branca (24,2%). A pobreza tem cor. Revela também que as mulheres negras são aquelas que mais necessitam de políticas e programas voltados para a autonomia econômica (BRASIL, 2015b).

Considerando-se que a autonomia econômica é essencial para que as mulheres possam prover o próprio sustento, o da sua família e decidir sobre sua vida e seu corpo, podemos entender que se tornar economicamente autônoma tem impacto forte e diferenciado na vida das mulheres brancas e negras, pobres ou de classe média. Não envolve somente a questão da independência financeira e da geração de renda, mas pressupõe, sobretudo, autonomia para realizar escolhas. E ter autonomia para escolher é um elemento-chave dos que ocupam lugares de poder e decisão. Além disso, possibilita maior espaço de liberdade. Logo, dá às mulheres instrumentos para lutar e superar a violência.

A presença das mulheres no campo do conhecimento

A visibilidade sobre a presença das mulheres no campo do conhecimento é também uma questão sobre gênero, raça e poder. Esse tema diz respeito, dentre outras coisas, à legitimidade de uma perspectiva feminina de construir conhecimento. Trata-se de um processo longo e tenso. E foi preciso que mulheres precursoras feministas existissem para que, hoje, reflitamos sobre a necessidade desse debate.

E, se meditamos sobre a relação conhecimento, feminismo e racismo, em razão da ação precursora de mulheres negras ativistas, constatamos que a dimensão racial também pode ser inserida nesse contexto.

De acordo com Oliveira (2008, p. 240):



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

É importante destacar que as pesquisadoras feministas em sua maioria não propugnam que as mulheres podem, tanto quanto os homens, raciocinar e fazer ciência, mas que praticarão a ciência de modo diverso, com uma metodologia diferente que permite observar e compreender com intencionalidade os fenômenos em sua diversidade e complexidade e, assim, incluir as emoções até agora proscritas do conhecimento científico em categorias explicativas de análise.

De acordo com a autora, reconhecer o fenômeno social é muito mais complexo do que conhecê-lo. É dizer que as paralelas euclidianas não são tão paralelas, como afirmava o determinismo; pensando dialeticamente, é lançar incertezas sobre as certezas das coisas. E foi nessa brecha que o feminismo mostrou que todo fenômeno social é sexualizado (OLIVEIRA, 2008, p. 241).

Dessa forma, as mulheres evidenciaram para o campo do conhecimento e da política que ambos são sexualizados e generificados. E as mulheres negras aprofundaram ainda mais essa reflexão, revelando o quanto ambos também são racializados.

O lugar das mulheres nos espaços de poder e de conhecimento será sempre marcado por uma ruptura com o patriarcado e o racismo. Significa indagar que as mulheres negras e não negras podem ser presidentas, ministras, reitoras, diretoras, esportistas, professoras, artistas, domésticas, dentre outras, e ocupar lugares no mundo do trabalho, nas diversas áreas do conhecimento e nos mais distintos campos profissionais.

Oliveira (2008, p. 241) ainda alerta que, refletir sobre as mulheres nos espaços de poder e conhecimento, é romper com a ideia de que as mulheres só podem ocupar profissões no mundo do trabalho desde que sejam uma extensão das atividades desenvolvidas no mundo doméstico.



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

É também romper com o pensamento de que somos queixosas por natureza e lutar contra a patologização e medicalização das queixas das mulheres – principalmente quando ocupam lugares de poder e decisão –, entendendo que as intituladas queixas das mulheres, na maioria das vezes, têm relação com o sofrimento causado pela violência simbólica, psicológica e doméstica, com o assédio moral e sexual vivido e sofrido no mundo machista e patriarcal. Sofrimento este expresso no corpo, nos desgastes físico, mental e psicológico.

São situações que, guardadas as devidas proporções, são também vividas pelos homens, porém, com interpretação e aceitação diferentes, tanto do ponto de vista pessoal quanto profissional, social e psíquico.

Ainda concordando com Oliveira (2008), ser mulher nos espaços de poder e conhecimento é andar na contramão do pensamento e das práticas que universalizam os trabalhadores em sujeitos masculinos. Significa, nos dizeres de Foucault (1977), realizar rupturas epistemológicas mediadas pelo corpo e pela sexualidade – *locus* de poder nas relações micros e macrosociais.

Ao problematizarmos a reflexão da autora supracitada, do ponto de vista racial, entenderemos que ser mulher negra nos espaços de poder e conhecimento é provocar rupturas epistemológicas e políticas mediadas por uma corporeidade insubmissa e pela raça – entendendo a raça como um fator de incremento da violência estrutural que recai contra as mulheres negras e indígenas, desde os tempos coloniais.

Ao mesmo tempo, no contexto da luta antirracista e do feminismo negro, a raça – entendida na sua ressignificação política e sociológica – assume um poder de luta e mobilizador.

Concluindo...

Diante do exposto, há ainda questões e desdobramentos para as próprias mulheres, quando ocupam espaços de poder e conhecimento, que também carecem de um



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

movimento interno de emancipação no contexto da própria luta feminista e antirracista. Elas podem ser sintetizadas em algumas indagações que nem sempre são feitas pelas mulheres, maioritariamente brancas, que ocupam lugares na ciência e pelos outros sujeitos com postura emancipatória nos meios acadêmicos:

- Lutar pelo direito de ser mulher nos espaços de poder e conhecimento torna as poucas mulheres que ocupam esses espaços mais sensíveis à luta das mulheres?
- Reconhecemos que, assim como o patriarcado, o racismo é uma marca estruturante das relações de poder e de trabalho? E que as mulheres negras estão mais expostas ao sofrimento e à violência do que as mulheres brancas? Que as mulheres trans têm um percurso ainda mais desafiador a seguir? Sobretudo em tempos de ascensão de uma onda conservadora.
- Reconhecemos que a hierarquia social e racial se dá também entre as mulheres e o seu direito a ocupar espaços de liderança, poder e conhecimento?
- Reconhecemos que, mesmo sendo mulheres, feministas ou não, negras ou brancas, ocupando espaços de poder e de conhecimento, é possível termos atitudes lesbofóbicas, homofóbicas e transfóbicas? E que temos de reconhecer e superar isso?

Ocupar lugares de poder e de conhecimento é estar permanentemente em estado de alerta. Para tal, além de um posicionamento cada vez mais aguerrido na luta contra as desigualdades de raça, gênero e diversidade sexual, faz-se necessário desenvolver uma postura política e epistemológica desafiadora: a articulação entre sororidade e ubuntu.

A sororidade pode ser entendida como:



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

[...] uma dimensão ética, política e prática do feminismo contemporâneo. É uma experiência subjetiva entre mulheres na busca por relações positivas e saudáveis, na construção de alianças existencial e política com outras mulheres, para contribuir com a eliminação social de todas as formas de opressão e ao apoio mútuo para alcançar o empoderamento vital de cada mulher (GAMBA, 2007).

Ubuntu é um sistema “[...] afroperspectivista de resistência e configuração dos valores humanos [caracterizado por] uma possibilidade de existir junto com outras pessoas de forma não egoísta” (NOGUERA, 2012, p. 147).

[...] como epistemologia, Ubuntu é uma filosofia de libertação e resistência ao discurso ocidental que nega o aporte dos povos da África ao saber e à civilização. Ele está na raiz do ser e dos sistemas de pensamento e crenças que refletem a experiência vivida dos africanos, bem como sua compreensão da realidade, extremamente sofisticada em termos sociais e políticos (NOGUERA, 2012, p. 180- 181).

Articular ubuntu e sororidade como projetos, perspectivas de vida e como formas de ação das mulheres negras e não negras ao ocuparem lugares de poder, decisão e conhecimento, pode parecer, à primeira vista, uma contradição. Afinal, poder, ética, libertação e humanização parecem impossíveis de combinar e conviver.

Construir práticas antirracistas e feministas orientadas pelo ubuntu e pela sororidade revela que é possível exercer o poder de forma democrática e coletiva. Ocupar lugares de poder, decisão e conhecimento pode ser uma ação que não desumaniza e nem subjuga as



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

peças. Pode resultar em práticas mais horizontais, inclusivas e decisões menos hierarquizadas, não autoritárias e produtoras de vida e não de morte e violência.

Somente nessa direção é que a presença das mulheres e, em especial, das mulheres negras, nos lugares de poder e decisão, poderá alterar a vida das pessoas e provocará impacto nos padrões coloniais. Se for para chegar ao poder e se ajustar aos padrões machistas, racistas e violentos contra os quais lutamos e resistimos, essa presença não provocará nenhuma mudança. Antes, será a continuidade das hierarquias e injustiças.

Pode-se pensar que essa reflexão é utópica demais. Sim, há aqui uma dose de utopia, entendida como projeto emancipatório construído no presente sofrido e desumano que vivemos. Porém, uma utopia que caminha na perspectiva do ubuntu e por isso é resistente o suficiente para acreditar que nem tudo está perdido e que ainda é possível lutar por um mundo mais justo, humano e equânime.

O fato de projetar um futuro melhor, com os pés realisticamente fincados no presente, não significa compreender os desafios da questão racial e de gênero de maneira ingênua e romântica. Trata-se da escolha e da busca incessantes por justiça social e cognitiva. Significa apostar na possibilidade de ocupação dos lugares de poder e decisão pautada em um posicionamento político e epistemológico emancipatório, que assume a luta contra as desigualdades e as discriminações como eixo estruturante dos processos realmente democráticos.

Os tempos de capitalismo, colonialidade, ascensão neofascista que vivemos são muito duros, mas não podem acabar com a nossa intervenção consciente na busca pela construção de um mundo possível e digno para todas e todos.

É nessa perspectiva que somos chamadas a refletir e afirmar, como a escritora e feminista negra, Audre Lorde (2016): “Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas”.



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

Notas

- 1 A autora foi conselheira da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), indicada pelo Movimento Negro (2010-2014); reitora pró-tempore da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB) - (2013-2014); ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (2015-2016) no governo da presidenta Dilma Rousseff. É bolsista de produtividade do CNPQ.
- 2 Na história brasileira, encontramos organizações específicas de mulheres negras desde o início do século XX. A Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul, fundada em 1908, e a Sociedade Brinco das Princesas, de 1925, respectivamente em Pelotas e São Paulo, eram formadas estritamente por mulheres negras. Elas integraram também uma grande parcela da Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 1931 e considerada a entidade negra mais importante do País na primeira metade do século XX, tendo arregimentado mais de 20 mil associados em diversos estados. Ainda nos anos 1930 foi fundada a primeira associação de trabalhadoras domésticas no estado de São Paulo, que teve como principal representante a ativista Laudelina Campos Melo, que também integrava a FNB. Já em 1950, foi fundado o Conselho Nacional da Mulher Negra, formado por mulheres vinculadas à cultura, às artes e à política. Infelizmente, os registros da atuação desse conselho são bastante escassos. É a partir dos anos 1970 que as organizações de mulheres negras ganham força no Brasil, reivindicando duplamente o movimento negro e o feminismo. A partir desse período, os movimentos de mulheres negras procuraram explicitar a diferença entre as formas de mulheres e homens negros sentirem a discriminação racial, acrescentando a problemática do gênero à questão do racismo. As feministas negras denunciavam, por um lado, posturas machistas na militância negra e, por outro, as desigualdades e o racismo presentes no movimento de mulheres. Lélia González foi uma das pioneiras a chamar a atenção para essa interseção de preconceitos. Como muitos intelectuais negros, Lélia combinou uma intensa militância de rua a uma atividade de produção intelectual militante. Em 1988 foi criado o GELEDÉS, organização que visa à valorização das mulheres negras e ao combate ao racismo. No ano 2000, mais de 20 entidades de mulheres negras pelo Brasil, inclusive o GELEDÉS, compuseram a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB). O objetivo inicial da AMNB era organizar as reivindicações das mulheres negras brasileiras



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

- 5 Algumas publicações, resultados de pesquisas, que poderão contribuir para a compreensão das questões de gênero e raça na educação, os dilemas dos processos identitários e luta das mulheres negras e não negras pela afirmação de suas identidades: Gomes (2019), Gomes e Miranda (2014), Gebara e Gomes (2013) e Gomes (1995).
- 6 Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Negras (ABPN) é uma associação civil, sem fins lucrativos, filantrópica, assistencial, cultural, científica e independente, tendo por finalidade o ensino, pesquisa e extensão acadêmico-científica sobre temas de interesse das populações negras do Brasil (www.abpn.org.br).
- 7 A autonomia econômica se explica como a capacidade das mulheres de gerar rendimentos e recursos próprios a partir do acesso ao trabalho remunerado em igualdade de condições com os homens. Considera o uso do tempo e a contribuição das mulheres à economia. Disponível em: <<https://oig.cepal.org/pt/autonomias/autonomia-economica>>. Acesso em: 28 jul. 2019.
- 8 Programa previsto na Lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004, regulamentado pelo Decreto 5.209 de 17 de setembro de 2004. É um programa de transferência de renda com condicionalidades para o seu recebimento. As condicionalidades são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família quanto pelo poder público para ampliar o seu acesso a direitos sociais básicos. Por um lado, as famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício financeiro. Por outro, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social. Disponível em: <<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/gestor/bolsa-familia/condicionalidades>>. Acesso em: 28 jul. 2019.

Referências

ANGELIN, Rosângela. A caça às bruxas. Uma interpretação feminista. **Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 53, ano 5, p. 1, out. 2005.



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

ARAÚJO, Bárbara. Enegrecer o feminismo: movimento de mulheres negras no Brasil. **Blogueiras feministas**, 05 mar. 2013. Disponível em: <<https://blogueirasfeministas.com/2013/03/05/enegrecer-o-feminismo-movimentos-de-mulheres-negras-no-brasil/>>. Acesso em: 28 jul. 2019.

ASSIS, Carolina. Gráfico: gênero e raça na ciência brasileira. **Gênero e número**, 20 jun. 2018. Disponível em:

<<http://www.generonumero.media/grafico-genero-e-raca-na-ciencia-brasileira/>>. Acesso em: 28 jul. 2019.

AVERBUCK, Clara. Feminismo para leigos. **Carta Capital**, São Paulo, 2013.

BRASIL. Decreto n. 5.209 de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 set. 2004. p. 3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm>. Acesso em: 01 jul. 2019.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 08 ago. 2006. p. 1. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 01 jul. 2019.

BRASIL. Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 jul. 2010. p. 1. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>. Acesso em: 01 jul. 2019.



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

- BRASIL. Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 mar. 2015a. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em: 01 jul. 2019.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, mar. 2015b.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- GAMBA, Susana Beatriz (Coord.). **Dicionário de estudos de gênero y feminismos**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2007.
- GEBARA, Tânia Aretuza Ambrizi; GOMES, Nilma Lino. A articulação de categorias relacionais no estudo sobre famílias conduzidas por mulheres pardas e provedoras In: EITERER, Carmem Lucia; LUZ, Iza Rodrigues da (Org.). **Sujeitos da educação: diversidade, direitos e participação política**. 1. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013. p. 177-193.
- GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.
- GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz**. Corpo e Cabelo como símbolos da identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- GOMES, Nilma Lino; MIRANDA, Shirley Aparecida. A. Gênero, raça e educação: indagações advindas de um olhar sobre uma academia de modelos. **Poiesis**, Tubarão, v. 8, p. 81-103, 2014.
- hooks, bell. **Não sou eu uma mulher?: Mulheres negras e feminismo**. Plataforma Gueto, 2014. Disponível em: <https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2019.
- INSTITUTO ETHOS. **Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas**. São Paulo: Instituto Ethos, 2016.
- LIMA, Betina Stefanello; BRAGA, Maria Lucia de Santana; TAVARES Isabel. Participação das mulheres em ciências e tecnologias: entre espaços ocupados e lacunas. **Gênero**, Niterói, v. 16, n. 1, p. 11-31, 2015.
- LORDE, Audre. Citação. In: NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS, INDÍGENAS E AFRICANOS



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

DA UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 20016. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/neab/index.php/2016/09/27/847/>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

MAPA DA VIOLÊNCIA: homicídio de mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: Flacso, 2015.

MENESES, Maria Paula. Colonialismo como violência; a “missão civilizadora” de Portugal e Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, número especial, p. 115-139, 2018.

NOGUERA, Renato. Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspectiva. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, Goiânia, v. 3, n. 6, p. 147-150, fev. 2012. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/358>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. O feminismo desconstruindo e re-construindo o conhecimento. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 229-245, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php/revistaestudosfeministas/>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

PINTO, Andréia Soares; MORAES, Orlinda Cláudia R. de; MONTEIRO, Joana. **Dossiê Mulher 2015**. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2015. p. 174-185.

WASELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência**: homicídio de mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: Flacso, 2015.

Dito isso, portanto, **solicitamos a transcrição, nos Anais desta Casa**, do artigo intitulado “Libertando-se das Amarras: Reflexões sobre Gênero, Raça e Poder”, de autoria de Nilma Lino Gomes, publicado na Revista “Currículo sem Fronteiras”, v. 19, n. 2, p. 609-627, maio/ago. 2019.

Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, 03 de março de 2022.

Liana Cirne Lins
Vereadora do Recife (PT)

